

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 20 de dezembro de 2022, postergada para o dia 21 de dezembro de 2022 - Ata n.º 121.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, por meio do **Sistema Remoto de Discussão e Votação**, conforme decisão do Ato da Comissão Executiva n.º 1.947/2022, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **121.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2^º. SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 120, de 14 de dezembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Bom dia a todas as Deputadas e Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Requerimento: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 3.806/2022, da Deputada Maria Victória, comunicando o retorno às atividades no cumprimento do mandato, a partir do dia 15 de dezembro de 2022.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 128/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 547/2022) que ratifica o protocolo de intenções celebrado entre os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, para a constituição do Consórcio Interestadual sobre o Clima – Consórcio Brasil Verde; Mensagem n.º 129/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 548/2022) que altera o inciso XII do art. 14 da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 2080/2022** do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 549/2022) que altera o Item V da Tabela XV da Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970, que dispõe sobre o regime de custas; **Ofício n.º 616/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 407/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.303; **Ofício n.º 617/2022** do Gabinete

do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 406/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.304; **Ofício n.º 608/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 459/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.295; **Ofício n.º 611/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 482/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.299; **Ofício n.º 606/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 487/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.307; **Ofício n.º 607/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 132/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.296; **Ofício n.º 618/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 457/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.309; **Ofício n.º 621/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 494/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.308; **Ofício n.º 622/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 458/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.294; **Ofício n.º 620/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 488/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.305; **Ofício n.º 619/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 486/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.306; **Ofício n.º 614/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 387/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.297; **Ofício n.º 612/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 481/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.302; **Ofício n.º 613/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 479/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.301; **Ofício n.º 615/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 440/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.298; **Ofício n.º 625/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 446/2022; **Ofício n.º 626/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 305/2022; **Ofício n.º 627/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 35/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.310; **Ofício n.º 630/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 470/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.311.

Era isso o que tínhamos, Sr. Presidente, para o expediente desta manhã de quarta-feira, dia 21 de dezembro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente, Deputado Galo inscrito.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Galo; e Mabel Canto.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, demais membros da Mesa Diretora, quero chamar a atenção nesse momento do Líder do Governo, companheiro, parceiro Marcel Micheletto, para levar urgentemente ao Governador o caos que está instalado agora que está chegando a temporada. Então, preste atenção, por gentileza, meu querido Marcel! Vossa Excelência talvez não saiba e preciso deste apoio de você, porque você é muito leal quando pedimos alguma solicitação. Saí de Paranaguá ontem, da minha casa, às cinco horas da tarde e cheguei em Curitiba às onze da noite. Um caos na estrada! Um caos! Não há fiscalização, não temos apoio da Polícia Rodoviária Federal, não tem apoio de ninguém. Ontem, para uma ambulância, passar foi um caos. A ambulância tentava passar pelo acostamento, liga a sirene, vem para a esquerda, para a direita, confusão, buzinaço e nada! Cinco horas para sair de Paranaguá e chegar em Curitiba. Temos que pensar pelo menos em um corredor para as ambulâncias, já que não conseguimos... E o caos instalado! Se o cara quiser fazer uma necessidade, não tem jeito, vai ter que descer do carro, ali na porta do carro, para poder resolver! Então, o caos está instalado e a nossa vontade do turismo, que é a grande vontade do Governador Ratinho Junior, neste momento está totalmente prejudicada, Marcel. Então, qual é a sugestão? Por favor, fiscalização. Tem que convocar todo mundo para que possamos organizar este trânsito. É uma *mistureba* dos nossos queridos caminhoneiros com carros de trabalho, com carros de passeio. A nossa temporada está totalmente prejudicada! E, para fechar, somos notícia no Brasil inteiro, no mundo inteiro pela mortandade de peixes e chamo a atenção da Comissão de Meio Ambiente, que acredito que deve estar

tomando providências, mas, vejam, os botos que apareceram mortos na Baía de Paranaguá, 12 botos mortos, a mortandade de peixes é um caos. Nenhuma empresa até agora disse *fui eu*, em Paranaguá. Nenhuma empresa... (Problemas na conexão.) ... a sensação de que parece que tem *nego com o rabo preso* nesta situação, porque é triste esta mortandade dos peixes em Paranaguá e nenhuma empresa ainda foi notificada! Então, Marcel, sei da tua responsabilidade, sei do teu carinho, sei do respeito do Governador, sei do respeito das nossas Secretarias, mas é preciso dar uma *cutucada*, um telefonema seu para que essas providências, meu querido Marcel... Repito a todos que nos acompanham pela TV *Assembleia*: O Marcel Micheletto é um homem de palavra, é um homem honrado, por isso que estou solicitando a ele. Este caos da 277, Marcel, está prejudicando totalmente a nossa temporada. Senhor Presidente, folgo em revê-lo. O senhor está meio tristinho aí, Presidente! Parece que está cansado, não é! Vida longa a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Bom dia, Presidente. Bom dia, Deputadas Deputados. Também quero me dirigir hoje à Liderança do Governo, Deputado Marcel, porque estamos com uma situação aqui em Ponta Grossa que pode prejudicar em torno de 70 alunos de uma comunidade aqui da área rural. A comunidade do Distrito do Guaragi, que fica aqui em Ponta Grossa, por uma decisão unilateral do Núcleo Regional de Educação, que suspendeu para o ano que vem o período noturno do Colégio Dr. Munhoz da Rocha. No período noturno, em torno de 74 alunos estudam, são alunos que trabalham junto com suas famílias na área rural, na atividade da agricultura familiar, que ajudam essas famílias a ganhar o pão e que acabam estudando, então, no período noturno. Acontece que com essa decisão de se retirar o período noturno, muito provavelmente esses alunos deixarão de frequentar as aulas, de ir ao colégio. Isso por quê? Primeiro porque o colégio mais próximo que oferece ensino noturno fica a 30 quilômetros do Distrito do Guaragi, é um colégio que fica praticamente aqui

no centro de Ponta Grossa. Em segundo lugar, porque não há transporte escolar municipal no período noturno e não há transporte coletivo também no período noturno, então esses alunos eles não têm como se deslocar, mesmo que viessem, percorressem 30 quilômetros até o centro de Ponta Grossa para estudar, eles não têm como vir. E são alunos que são de famílias simples, que muitas não possuem um meio próprio de transporte. Essa decisão do Núcleo, que é unilateral, que não ouviu a comunidade escolar aqui do entorno do Distrito do Guaragi, que vai acabar aí prejudicando em torno de 70 alunos, ela precisa ser revista, Deputado Marcel, pela SEED de forma urgente, porque senão nós vamos prejudicar esses alunos, vamos prejudicar essas famílias. Esses alunos por certo deixarão de frequentar o colégio; eles estão no ensino médio, que é um ensino superimportante. Então, estamos pedindo, inclusive vou encaminhar ao Deputado Marcel um ofício para tentarmos, Deputado Marcel, chegarmos à SEED e revertermos essa situação. Esses alunos, hoje, as suas famílias estão organizando um protesto durante o período da tarde, em frente ao colégio. Eles não querem deixar de estudar, eles querem continuar frequentando a escola, mas eles também precisam ajudar as suas famílias no sustento. E nós sabemos que, infelizmente, se essa decisão não for anulada, se o Núcleo não voltar atrás na sua decisão, nós teremos aí fechadas as portas desse colégio para esses alunos. Então, queria pedir ao Líder do Governo, Deputado Marcel, que, por favor, converse com a SEED e revejam essa decisão, porque senão nós vamos prejudicar 70 alunos e as suas famílias aqui do Distrito do Guaragi, aqui em Ponta Grossa. Era isso, Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Na Liderança do PT, Deputado Tadeu Veneri.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (Bloco PT/PDT); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, na verdade é mais um comunicado. Acho que a Deputada Mabel também já fez referência aos cursos noturnos que estão sendo fechados e a dificuldade,

Deputada Mabel, que muitos dos alunos que trabalham durante o dia estão encontrando, até porque é uma contradição, Deputado Marcel, nesses fechamentos de cursos, uma vez que os cursos são noturnos e quando esses alunos estão sendo transferidos, até para parte diurna, eles têm aulas aos sábados, o que obviamente dificulta mais ainda. Mas, esse é um assunto que acredito e espero que seja resolvido, como também nós vamos, o Partido dos Trabalhadores, vamos acompanhar muito atentamente o processo que o Governador já anunciou na diplomação dos Sr.^s Deputados e das Sr.^{as} Deputadas, na última semana, o processo que irá deflagrar com a venda da Compagás. Obviamente que a Compagás tem lá os seus motivos o Governador para vendê-la, mas o que nos chama a atenção é que isso quando foi feito, os senhores estão lembrados do edital do gás, muitas dúvidas foram levantadas pelo tipo de gás que será utilizado. Não há, Deputado Galo, o senhor que é de Paranaguá, não há nenhuma, pelo menos até o momento, não há no edital nenhuma perspectiva - ou naquele que foi feito no nosso pedido de informações -, nenhuma perspectiva de nós termos usina de regaseificação nem em Paranaguá, nem em Pontal do Sul. Obviamente que é contraditório, porque você tem necessidade de trazer o gás e a próxima empresa, no marco legal do gás, instalar regaseificadores. Acredito que este será um assunto que iremos ter que debater muito ainda nesses próximos meses. E faço aqui também um comunicado, claro que todos os Deputados acompanharam, mas, por conta de ser uma bandeira do nosso partido e uma promessa do nosso partido, ontem o Congresso Nacional votou e aprovou por 331 votos a 168 o orçamento, a PEC que altera o vigente orçamento e que possibilita que tenhamos valores para o Bolsa Família. No Paraná, apenas os Deputados do PSD, cinco Deputados, quatro votaram contra, os Republicanos e PL todos os Deputados votaram contra, e do Partido Progressista nós tivemos um voto contrário. Por que estou registrando isso? Porque é importante, Deputado Romanelli, que nós que temos essa tarefa pública também tenhamos, tanto quando votamos a favor como quando votamos o contrário, o que é um direito de todos os Deputados, obviamente, mas que tenhamos certa coerência, porque vi muitos dos Deputados que votaram contra fazendo, durante o período eleitoral,

inclusive, alusões à possibilidade do Bolsa Família de fato, na época com outro nome, ainda com outro nome, que é Auxílio Brasil, fazer de fato o pagamento de R\$ 600,00 para todas as famílias e R\$ 150,00 por criança até seis anos, e me parece que é contraditório você fazer o discurso de campanha que é favorável e depois, na hora de votar, acabar tendo o voto contrário. Acredito que isso aí será um debate que iremos fazer ainda no próximo ano. Agradeço aos Sr.^s Deputados e às Sr.^{as} Deputadas, que possamos solucionar todos esses problemas e que o Brasil, no ano que vem, possa ter um caminho melhor. Obrigado, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Consulto o Deputado Marcel Micheletto se vai usar o espaço da Liderança do Governo. Deputado Marcel, por favor, vai usar o espaço ou não? Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o nosso motivo de fala aqui hoje é bem curto, é na verdade para fazermos mais um alerta. O Paraná está tendo um problema muito sério com um apagão infraestrutural. As principais rodovias de ligação com o litoral e com a região Sul estão com problemas hoje; a BR-376 tem novo bloqueio total no km 668; a BR-277 opera em pista simples há dois meses, no km 42; e a PR-410, em pare e siga só durante o dia. Precisamos aí de uma rápida intervenção do Governo do Estado junto ao Governo Federal para conseguirmos fazer com que a normalidade volte. Está muito sério este caso, tem muitas reclamações e é um problema de todos nós! Não adianta ficar discutindo se é BR, se é PR, tem que agir em conjunto e resolver isso. Vamos ter prejuízos muito sérios para o litoral, para o povo que trabalha, para o povo consumir, para o povo fazer turismo, mas corre risco de vida. Então, só fica aqui o alerta. E acho que temos que..., se esta Casa puder contribuir neste momento com os dois Governos e resolver o problema, é de vital importância para o Estado do Paraná. Fica aqui o registro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encerrado o horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichenbach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (53 Parlamentares); Deputado ausente sem justificativa: Soldado Adriano José (PP) (1 Parlamentares).]

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 312/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que institui a Semana da Luz para conscientização sobre o uso eficiente da energia elétrica.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 495/2022, de autoria do Poder Executivo – Mensagem n.^º 105/2022, que estabelece os indicadores e critérios previstos no inciso III do art. 1.^º da Lei Complementar n.^º 249 de 23 de agosto de 2022.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 496/2022, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.^º 107/2022, que cria a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovadas as Redações Finais. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário da Oposição ao Item 2.)**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 8/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 115/2022, que reestrutura a Fundação Araucária e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Regime de Urgência. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as Emendas. *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Nas votações que o senhor fez, registrar o voto contrário da Oposição no Item 2.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado o voto contrário.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “sim”, Presidente, aos Deputados da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Marcel, as Redações Finais nós já votamos, com o voto contrário da Bancada de Oposição. Agora, nós vamos à sequência.

Como eu abreviei aqui, antecipei a Ordem do Dia, vou ler aqui os Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 545/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Nossa Senhora da Divina Providência, com sede no município de Cambará; e **Autuado sob o n.^º 546/2022**, do Deputado Bazana, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Paulo Hermínio Pennacchi.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

ITEM 4, então, Sr.^s Deputados. Vamos submeter ao voto o projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha o voto contrário, presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A Oposição, voto contrário. Como encaminha o Líder do Governo?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim” aos Deputados da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim]**: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara

Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Professor Lemos e Tadeu Veneri (6 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Mauro Moraes, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (7 Deputados).] **Com 41 votos favoráveis e 6 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 8/2022.**

Vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo, analisando, conversando com a Fundação Araucária, analisamos e não dá para passar a emenda da Deputada Cristina. Então, quero pedir o voto “não” aos Deputados da base. Voto “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, Presidente, encaminha voto “sim”, por entender que a emenda da Deputada Cristina garante que 70% dos valores repassados à Fundação Araucária referente à pesquisa e à extensão ocorram para instituições estaduais públicas de ensino superior. A Oposição vota “sim” à emenda.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “não” aos Deputados da base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Mauro, Plauto e Tercílio Turini. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Arilson

Chiorato, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (11 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (7 Deputados).] **Com 11 votos favoráveis e 36 votos contrários, está rejeitada a Emenda. Onze “sim” e 37 “não”, com o voto do Deputado Ricardo Arruda, que registrou pelo Zoom.** Está derrubada a emenda.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 10/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 121/2022, que altera e revoga dispositivos da Lei n.^º 17.959, de 11 de março de 2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual de Atenção em Saúde do Paraná – Funeas Paraná. Pareceres da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Parecer contrário da Comissão de Saúde Pública. Regime de Urgência. Emendas de Plenário com parecer contrário da CCJ.

Vamos submeter ao Plenário o Recurso de Plenário para votar o parecer da CCJ. (**Requerimento n.^º 3819/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o recebimento de Recurso de Plenário contra parecer contrário proferido pela Comissão de Constituição e Justiça em duas Emendas ao Projeto de Lei Complementar n.^º 10/2022.) Para encaminhar, Deputado Arilson. Ou, melhor, o Parecer da CCJ.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, é válido lembrar para todos que estão nos ouvindo e assistindo que há um parecer contrário da Comissão de Saúde Pública sobre este Projeto. Então, apresentamos emendas ao Projeto, elas foram desconsideradas na CCJ e estamos pedindo aqui que sejam apreciadas essas contribuições feitas pela Oposição e por outros Deputados no sentido de melhorar este Projeto. Por isso, fica aqui o nosso apelo por esta reconsideração em Plenário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha o Líder do Governo?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “*sim*” ao meu parecer, aos Deputados da base. Ao meu parecer.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos, então, submeter ao voto o parecer, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, para esclarecimento. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O que estamos votando agora não é o Projeto, é...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, é o parecer da CCJ, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Certo. A Oposição vota “*não*” ao parecer da CCJ.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): E peço o voto “sim” aos Deputados da base ao nosso parecer. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sempre informando que, aprovando o parecer da CCJ, fica prejudicado o Requerimento que está sobre a mesa de votação uma a uma. Vamos votar, Sr.^s Deputados. Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não apareceu no aplicativo ainda, Presidente, a votação. A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Já está aparecendo aqui.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Isso. E a Liderança do Governo pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Evandro Araújo, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Paulo Litro e Plauto Miró. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Evandro Araújo, Mauro Moraes, Paulo Litro, Plauto Miró e Soldado Adriano José (7 Deputados).

Com 38 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Parecer da CCJ, ficando prejudicado o Requerimento (Protocolado sob o n.^º 3818/2022) de votação uma a uma.

Vamos submeter ao voto agora o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim” aos Deputados da base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, para encaminhar o Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição votará contrário. Primeiro, por ter um parecer contrário da Comissão de Saúde Pública desta Casa apontando erros gravíssimos no Projeto. Frisa-se que este Projeto de Lei Complementar que altera significativamente a finalidade do Funeas deve ser compreendido no contexto de privatização e de precarização do acesso universal do constitucional direito à saúde pública. Esse contexto é visível a partir das disposições dos Projetos de Lei enviados todos em regime de urgência e de última hora, antes do término da Legislatura, pelo Ex.^{mo} Governador do Estado, por meio do Projeto de Lei n.^º 507/2022, que possibilita firmar concessão onerosa dos hospitais regionais, e do Projeto de Lei n.^º 522/2022, que dispõe sobre a gestão dos hospitais universitários no âmbito estadual. Portanto, a utilização da Funeas para a administração dos hospitais universitários invade a autonomia universitária do ponto de vista educacional e gerencial e também permitirá o desvirtuamento dos contratos entre as universidades e a Fundação, caso as empresas ou hospitais filantrópicos terceiros sejam aceitos como parceiros estatais no nítido processo de privatização mediado pela Fundação. Ainda, a atuação da Funeas a partir de unidades de terceiros vinculados ao SUS, além de não ser esclarecida neste Projeto de Lei, favorece a privatização, em prejuízo à democratização do acesso aos servidores de saúde pública, em sentido totalmente oposto à garantia

da saúde como direito universal e dever do Estado. Portanto, a Oposição encaminha voto “não” ao Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Pacheco, pela ordem. Deputado Marcio Pacheco, pela ordem. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Galo, Guto Silva, Márcio Pacheco, Mauro Moraes, Ricardo Arruda, que já votou, e Tiago Amaral. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo, Mauro Moraes e Soldado Adriano José (4 Deputados).] **Com 41 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 10/2022.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 218/2021, de autoria dos Deputados Soldado Adriano José, Delegado Fernando Martins, Ricardo Arruda, Tiago Amaral, Rodrigo Estacho, Alexandre Amaro, Marcio Pacheco, Tião Medeiros, Luiz Fernando Guerra, Plauto Miró, Maria Victória (Anexos os Projetos de Lei n.^ºs 12, 21 e 25/2022), que reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas nos termos do inciso IX do art. 6.^º da Lei Federal n.^º 10.826, de 2003. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública.

Substitutivo Geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão o substitutivo geral. Em votação. Como encaminham o voto...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente. Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, para encaminhar.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, como já argumentamos na Sessão em que votamos a constitucionalidade deste Projeto, queremos deixar muito claro a todos que estão votando que este Projeto de Lei não tem nenhuma efetividade do ponto de vista constitucional, até porque diversas outras leis estaduais já foram declaradas inconstitucionais, a Assembleia Legislativa não tem competência para legislar sobre porte de armas, isso é competência privativa da União e na própria União o Congresso não avançou neste tema porque não tem consenso sobre o tema. Ao mesmo tempo, todos sabemos que estamos aqui votando uma lei que é uma lei inócua na tentativa de poder legalizar uma situação que não é possível de ser resolvida. Ao mesmo tempo, todos sabemos que é uma coisa são os CACs, os Clubes de Atiradores e Caçadores, aqueles que exercem a prática do esporte de forma regular e que têm o direito, obviamente, seguindo o regramento que é definido pelo Exército, de efetuar o trânsito do porte dessas armas sem munição, das suas residências até o clube de tiro; outro é atribuir a isso a atividade de risco. Exemplo, sempre tive vontade de ser paraquedista, não me submeti ao curso de ser paraquedista porque sei que é uma atividade de risco. A pessoa na verdade sabe o risco que está correndo no esporte que está fazendo. Eu, por exemplo, todos sabem, gosto de andar de motocicleta, já fiz enduro. É de risco? É de risco. Nem por isso, obviamente, teve uma lei para me amparar. Então, temos um regramento para o porte de arma, quem quiser ter o porte de arma tem que se submeter à Lei Federal, tem que se submeter efetivamente aos testes de proficiência, psicológico e análise social, que são feitos pela Polícia Federal.

Então, não há esse *bypass* aqui. O projeto é inócuo, na verdade, que estamos votando aqui. No mérito acho que o projeto é ruim, inclusive, porque induz a uma questão que sabemos, algumas pessoas poderão, desavisadas, achar que podem transitar com uma arma para outros lugares e terão problemas com as autoridades policiais. A Assembleia vai acabar induzindo, esta lei acaba induzindo as pessoas a erro. É um risco grande também para essas pessoas! Por isso que peço o voto “*não*” a este Projeto, até porque, para portar arma, são aqueles que estão habilitados, segundo a legislação muito específica. E sabemos que a arma na mão de pessoas despreparadas é um risco muito grande para todos nós e para a sociedade de uma maneira geral. Se uma única vida for perdida por conta deste Projeto de Lei, já será um grande desastre, já será uma grande tragédia. Então, vou votar “*não*” e peço o voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Marcio Pacheco. Na sequência, Ricardo Arruda, para encaminhar. Marcio Pacheco, *pela ordem*.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, antes não havia sido possível desativar o áudio. Na verdade, é uma dúvida simples, Presidente. Votei “*sim*” no Requerimento, isso no Item do Requerimento que foi encaminhado pelo Deputado Arilson e que o Líder do Governo pediu o voto “*sim*”. Só queria a confirmação, Presidente, porque me parece que estava votando naquela hora, era uma questão de ordem regimental, estava votando um pedido de reconsideração de ato. Então, já foi superado, mas só para não haver qualquer questionamento depois. Foi encaminhado o voto “*sim*”, acabei votando “*sim*” também, mas era o pedido de reconsideração de ato, para que fosse entendido o voto da CCJ. Era o encaminhamento para ser feito naquela hora. Só para V.Ex.^a dirimir exatamente esta dúvida, porque olhei na hora para o Projeto, embora o pedido fosse de voto “*sim*”, mas era o pedido de reconsideração de ato do Deputado Arilson. É só para avaliar certinho esta questão. E já, para não pedir encaminhamento também, quero encaminhar este Projeto que está em pauta neste momento, quero pedir o voto “*sim*”, porque evidentemente que o Projeto de Lei não propõe o porte de

armas, mas tão somente assegurar a todos que a atividade dos CACs é uma atividade de risco e de fato é uma atividade de risco. Apenas fazendo o contraponto ao que o Deputado Romanelli falou, que se houver uma vida perdida por conta deste Projeto, e é evidente que acreditamos firmemente que jamais acontecerá isso, também há o contraponto de que alguma pessoa pode ser roubada, pode ter toda uma quantidade de armas roubada por conta também às vezes de não reconhecer como atividade de risco a atividade dos CACs, e isso também pode trazer desdobramentos ruins para a sociedade. Então, é apenas o reconhecimento da atividade de risco que estamos votando. Quero encaminhar o voto “sim” aos Senhores Deputados e, claro, naturalmente, votar “sim” também. Obrigado, Presidente. Obrigado, a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Respondendo a sua questão de ordem, na verdade votamos o parecer conforme estabelece o Regimento Interno da Casa. Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, para encaminhar.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente e demais colegas, é bom deixar claro, acho está tendo algum equívoco por parte aqui do Deputado Romanelli, acho que ele não entendeu o Projeto. Este Projeto não libera o porte de arma, ele, sim, afirma que o CAC realmente tem que ser colocado como aquelas pessoas que correm risco por possuírem armas. Da mesma forma, para tirar o porte de arma, hoje em dia, é muito difícil! O Deputado deve ter tirado porque tem algum conhecimento que é Deputado, o Juiz de Direito pode ter, porque eles consideram de risco, o Oficial de Justiça pode ter, porque é considerado de risco, agora o CAC com certeza é muito mais bem preparado do que todos que têm porte de arma, porque é quem gosta de atirar, é atirador, que constantemente está atirando em estande de tiro, em competições. Então, é importante este reconhecimento. Isto não causa dano a ninguém, isto pode ajudar realmente, como disse o Deputado Romanelli, a pessoa a ter mais facilidade para tirar o porte de arma. Quanto a ela seguir as normas para tirar o porte de arma ou para ser CAC, é muito semelhante, Deputado Romanelli, é o teste psicológico, é o

teste de tiro, é quase tudo igual! Então, não há problema nenhum. O senhor tem que se informar direito, Deputado Romanelli. O decreto atual de CAC, podemos portar arma municiada durante o trajeto no estande de tiro, ida e volta. Então, já é quase um porte, porque você pode atirar todo dia. Qual é o problema? Não tem regra. Você tem o estande, você vai atirar todo dia e você pode levar uma arma de calibre..., não importa o calibre, não é arma longa, arma curta, você a leva municiada para proteger o seu patrimônio, as suas armas. Então, isso já está muito claro, está muito fácil de entender que este Projeto é importante. Peço o voto “sim”, porque vai ajudar a todos que são CACs a, os que quiserem, ter um facilitamento, como um Juiz tem e várias profissões têm, para tirar o porte de arma e daí a pessoa ficar legalizada para portar a sua arma, que é um direito do cidadão. Não tem risco nenhum de esta lei prejudicar ou por motivo desta lei alguém perder uma vida. Temos que estar preocupados em tirar arma de bandido, coisa que o Supremo Tribunal Federal não faz, ele defende o marginal, proíbe de subir o morro, é isso que estamos vivendo no Brasil! O cidadão de bem tem muitas dificuldades para tirar o porte de arma e o bandido compra no contrabando e ninguém tira as armas dele! Então, vamos pôr ordem na Casa que está na hora, não é? Está na hora! O povo já acordou, quem não acordou ainda foi o STF. Mas, enfim, vamos em frente! Peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Senhores Deputados. Como indica o voto os líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo, entendendo e conversando com os autores do Projeto, analisamos com muita tranquilidade e pedimos o voto “sim” aos Deputados da base ao Projeto que reconhece o risco da atividade. Então, não vejo problema algum de encaminhar o voto “sim”, em nome do Governo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Luiz Carlos Martins,

que votou, Mabel Canto, Mauro Moraes e Rodrigo Estacho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (34 Deputados); **Votaram Não:** Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Evandro Araújo, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (12 Deputados); **Abstenção:** Galo e Michele Caputo (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Dr. Batista, Mabel Canto, Mauro Moraes e Soldado Adriano José (6 Deputados).] **Com 34 votos favoráveis, 12 votos contrários e 2 abstenções, está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 289/2021, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.^º 58/2021, que altera a Lei n.^º 14.895, de 9 de novembro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizada em Foz do Iguaçu e municípios que relaciona, conforme específica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Indústria Comércio Emprego e Renda. Substitutivo Feral do Poder Executivo. Regime de Urgência. Subemendas de Plenário com parecer favorável da CCJ. Subemendas de Plenário com parecer favorável da CCJ, sendo a Subemenda n.^º 1 na forma da Subemenda da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral, ressalvadas as emendas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A liderança do Governo, Presidente, pede o voto "sim" a todos os Deputados da base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Líder da Oposição, encaminhou o seu voto?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, durante a tramitação deste Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, entendeu que o substitutivo que ampliava para outras cidades o tratamento tributário em relação ao ICMS era muito positivo. Porém, durante a tramitação aqui na Casa, a Subemenda n.^º 1 da CCJ, aprovada na forma de Subemenda de Plenário, do Deputado Tiago Amaral, manteve a redação ampliada na CCJ, com extensão do tratamento tributário diferenciado para outros municípios, com funcionamento da Unidade Federal Tecnológica, Instituto Federal do Paraná e Universidade Estadual do Paraná, que industrializem produtos eletrônicos, de telecomunicação e de informática, porém incluiu outro artigo que não tem relação direta ou imediata com a matéria do Projeto de Lei, que é a alteração da Lei n.^º 14.895/2005, que dispõe sobre o tratamento tributário para estabelecimentos industriais de produtos eletrônicos de telecomunicação e informática localizados nos municípios de sede na Unidade Federal Tecnológica. São matérias completamente, totalmente diversas e a emenda proposta ofende o art. 8.^º, §2.^º da Lei Complementar Estadual n.^º 176/2014, lei estadual de Técnica Legislativa. O objetivo do art. 4.^º da subemenda é incluir autorização para a concessão de crédito outorgado de ICMS a contribuintes integrantes de consórcios, que não é previsto. Originalmente a lei autoriza apenas para estabelecimentos que invistam em infraestrutura. A parte final do artigo, que se refere ao observado no disposto do art. 4.^º desta lei, porém o art. 4.^º da Lei n.^º 17.444/2002 dispõe que o Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários para a efetivação da lei. Ou seja, é completamente genérico. A Oposição tinha um entendimento, inclusive desenhado, construído na Comissão de Finanças que era positivo, inclusive assinamos uma emenda do Deputado Guerra ampliando para todos os municípios do Paraná, mas com essa

mudança aí a Oposição vai ser obrigada a votar "não", porque da forma como vai ser votado tem uma alteração aí que não concordamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos então, Sr.^s Deputados, à conclusão da votação. Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Mauro Moraes, Michele Caputo, Plauto Miró e Professor Lemos.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Mais uma vez, peço aos Deputados da base o voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição iria votar "sim", mas com a mudança feita é obrigada a votar "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: [Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Professor Lemos e Requião Filho (7 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Mauro Moraes, Plauto Miró e Soldado Adriano José (4 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Substitutivo Geral.

Há um Requerimento (Protocolado sob o n.^º 3815/2022) de destaque para a subemenda da CCJ e Subemenda de Plenário n.^º 1 na forma da Subemenda da CCJ. Este Requerimento é de autoria do Deputado Marcel Micheletto. Em

discussão o Requerimento. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço aos Deputados da base o voto "sim", Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "não", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Reichembach, Rodrigo Estacho, Cristina Silvestri e Mauro Moraes. Votação encerrada, Sr.^s Deputados. Deputado Galo, *pela ordem*.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, *pela ordem*, uma questão de ordem. Recebi agora aqui um comunicado do Deputado Goura, quero pedir desculpas ao Deputado Goura que tomou todas as providências em comunicar, Sr. Presidente, o caos na Baía de Paranaguá. Então, Deputado Goura, do nosso Meio Ambiente, minhas desculpas, eu não tinha a informação! Ele tomou providências, resta agora os demais. Grato, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, para o senhor constar em Ata aqui, atrapalhei-me aqui no encaminhamento, o Oposição é favorável ao Projeto e contrária à emenda apresentada e à subemenda também. Só para constar em Ata, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Devidamente registrado. Vamos ao resultado: [Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando

Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Abstenção:** Michele Caputo (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Mauro Moraes, Reichembach e Soldado Adriano José (5 Deputados).] **Com 40 votos favoráveis, 8 votos contrários e 1 abstenção, está aprovado o Requerimento.**

Vamos submeter ao voto a subemenda da CCJ e Subemenda de Plenário n.^º 1 na forma da subemenda. Aprovando as subemendas da CCJ e Subemenda n.^º 1 na forma da subemenda, prejudica a Subemenda n.^º 2 de Plenário. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, novamente peço aos Deputados da base que possamos votar "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, como colocado, vota "não", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Abstenção:** Michele Caputo (1 Deputado); **Não**

Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Mauro Moraes, Reichembach e Soldado Adriano José (6 Deputados)] **Com 39 votos favoráveis, 8 votos contrários e 1 abstenção, está aprovada a subemenda da CCJ e Subemenda de Plenário n.^º 1 na forma da subemenda. (Assim, ficou prejudicada a Subemenda n.^º 2 de Plenário.)**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 51/2022, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Torneio de Pesca Internacional ao Tucunaré, que ocorre, anualmente, a semana de 12 de março, no município d Santa Terezinha d Itaipu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede o voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada. Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Galo, Mauro Moraes e Soldado Adriano José (4 Deputados).] **Com 50 votos favoráveis e 4 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 51/2022.**

Os Itens 9 e 10 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 92/2022, de autoria do Deputado Tião Medeiros, que concede o Título de Capital do Voo Livre Paranaense ao município de Terra Rica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 120/2022, de autoria do Deputado Guto Silva, que concede o título de Capital Estadual do Surf ao município de Matinhos. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Mauro Moraes e Soldado Adriano José (5 Deputados).] **Com 49 votos favoráveis, estão aprovados os dois Projetos.**

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 366/2022, de autoria dos Deputados Michele Caputo, Goura e Arilson Chiorato, que concede o Título de Cidadão

Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Pedro Ribeiro Barbosa. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto "sim", Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Plauto Miró, Rodrigo Estacho e Soldado Adriano José (7 Deputados).] **Com 47 votos favoráveis, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 366/2022.**

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 476/2022, de autoria do Deputado Guto Silva, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Ex.^{mo} Sr. Marlon Bonilha. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Pedimos o voto "sim", Sr.^s Deputados. A base do Governo vota "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai votar "não", Presidente. O Sr. Marlon Bonilha está investigado por financiar atos de 7 de setembro.

Segundo relatório do Gabinete do Alexandre de Moraes, a empresa do Sr. Marlon Bonilha manteve 14 caminhões próximos ao STF no dia do Feriado da Independência. Por conta dessa investigação, a Oposição votará “não” neste momento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, quero pedir o voto “sim” à concessão do título de cidadania honorária que foi proposta pelo Deputado Guto Silva ao Marlon Bonilha, que, embora muito jovem, é o atual Presidente da Pro Tork, que é a maior empregadora do Norte Pioneiro, é uma empresa que tem responsabilidade social e atua muito fortemente na geração de empregos e também, claro, junto à comunidade. E o Marlon é uma liderança empresarial importante e que efetivamente merece o recebimento da cidadania honorária. Aliás, inclusive em relação ao pai do Marlon, o Altair, também, que mereceria um cidadão benemérito do Paraná, mas este é um Projeto para a próxima Legislatura. Mas, peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, o seu voto, por favor. O Deputado Ricardo Arruda pede para encaminhar, mas já estamos praticamente encerrando a votação. Consulto se ainda vai encaminhar.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, é rapidinho. Essa informação que o Deputado Arilson deu, vou votar “sim” com louvor para esse homem. Quando o STF investiga alguém, sabemos que esse alguém é uma pessoa do bem, porque ele só defende bandido. Soltaram agora o Sérgio Cabral, condenado a 400 anos de cadeia. Então, parabéns ao Bonilha! Voto “sim” com louvor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson

de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (6 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Mauro Moraes, Plauto Miró e Soldado Adriano José (6 Deputados).] **Com 42 votos favoráveis e 6 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 476/2022.**

ITEM 13 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 502/2022, de autoria do Deputado Natan Sperafico, que concede o Título de Capital Paranaense de Suinocultura ao município de Toledo. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão do substitutivo geral. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo

Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Gilberto Ribeiro, Mauro Moraes, Plauto Miró e Soldado Adriano José (5 Deputados).] **Com 49 votos favoráveis, está aprovado o Projeto de Lei n.º 502/2022. Cinquenta votos com o voto do Deputado Mauro, que está votando pelo Zoom. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 14 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 507/2022, de autoria do Poder Executivo – Mensagem n.º 114/2022, que institui no âmbito do Estado do Paraná, a possibilidade de firmar concessão onerosa de uso de bem imóveis denominados Hospital Regional de Telêmaco Borba, Hospital Regional de Ivaiporã e Hospital Regional do Centro – Oeste Deputado Bernardo Guimarães Ribas Carli, para a finalidade de prestação de serviços de saúde e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Parecer contrário da Comissão de Saúde Pública. Emendas de Plenário n.^{os} 2 a 13 com parecer favorável da CCJ e Emenda n.º 1 favorável na forma da Subemenda Substitutiva Geral ao Projeto. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto, ressalvadas as emendas. Para encaminhar, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o presente Projeto institui no âmbito do Estado do Paraná a possibilidade de firmar concessão onerosa de uso de bens imóveis denominados Hospital Regional de Telêmaco Borba, Hospital Regional de Ivaiporã e Hospital Regional Centro-Oeste Deputado Bernardo Guimarães Ribas Carli para a finalidade de prestação de serviços de saúde. A Comissão de Saúde, comissão temática que trata deste tema na Casa, fez voto contrário ao presente Projeto por inúmeras contradições apresentadas: por insuficiência de números, por exatidão do serviço que será prestado e pela contradição. Hospitais criados com finalidades específicas, como é o caso de Guarapuava, para tratar traumatologia e atender os primeiros socorros básicos da região toda, e por conta da aferição apenas monetária da Secretaria de Saúde do que é o serviço, o hospital passará para à finalidade privada por até 40 anos, sem uma consulta pública à cidade de Guarapuava, de Telêmaco Borba e de Ivaiporã,

sem uma análise holística do processo, apenas por uma apreciação numérica do Secretário da Saúde. Aliás, a Secretaria da Saúde não veio na Casa explicar o que está acontecendo, não fornece subsídios para os Deputados tomarem decisões, sequer teve uma Audiência Pública para discutir o tema e agora é dado um cheque em branco para a gestão do Estado do Paraná passar para a iniciativa privada três hospitais de importância fundamental para a saúde pública do Estado do Paraná. Sequer ainda há um desenho de limite quanto ao atendimento privado ou público neste processo. Por isso a Oposição votará “*não*”, por se tratar de um Projeto que nem com as condições básicas tramitou dentro da Casa, e ainda veio em regime de urgência, justamente para cercear a necessidade de participação popular em um tema tão importante. Não pode esta Casa ser complacente ao Governo do Estado privatizar a saúde do povo paranaense. A Oposição votará “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Deputado Tadeu Veneri, para encaminhar.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, nós do Partido dos Trabalhadores temos uma preocupação e já está explicitado isso em outros momentos, o Deputado Arilson também já fez menção, Projetos como este... Isso aí, aliás, já temos dito durante todos esses anos e todos esses anos situações como esta se repetem! Projetos como este, que praticamente envolvem várias milhares de pessoas, não só do Município de Telêmaco Borba, de Ivaiporã e de Guarapuava, mas de toda a região, deveriam e poderiam ser melhor discutidos se chegassem com a antecedência, Deputado Galo, que obviamente é necessária esse debate e quando se deve, e se deve, dar explicações à população dessas regiões. Sabemos que há problemas no Hospital de Telêmaco Borba, sabemos inclusive que equipamentos foram retirados desses hospitais, do Hospital de Telêmaco Borba principalmente, sabemos que há problemas no Hospital de Guarapuava, a Deputada Cristina já fez menção, inclusive há problemas existentes no hospital e há dificuldades até de entrega total no hospital e de recebimento pelo próprio Governo, agora a pergunta que fica é: O hospital por

exemplo de Guarapuava, ele será entregue da forma como está para os grupos privados ou ele será reformado pelo Governo antecipadamente, será feito investimento pelo Governo para depois fazer os convênios? O mesmo fazemos a pergunta com relação a Telêmaco Borba: O hospital será entregue da forma como está ou será colocado equipamentos, será objeto de recebimento de emendas para depois passar a grupos privados? Não é possível que façamos um debate em um pacote, praticamente um pacote que envolve, Deputado Arilson, a saúde e que esse envolvimento da saúde vai desde a terceirização de hospitais, como estamos falando aqui, três hospitais regionais, ou seja, o hospital de Telêmaco, o hospital de Guarapuava, que serve também como hospital referência-escola, e o hospital de Ivaiporã, assim como também acontece com os hospitais universitários, com a mudança do Funeas. A impressão que dá é que o Governador Junior, no ano que vem, pretende fazer com que o Estado, ao contrário da maioria dos estados, tenha um caminho diferente, um caminho que o leve a um choque ultraliberal, ou seja, vende a Compagás, vende a Copel, vende a Copel Telecom, privatiza as rodovias, privatiza os hospitais, privatiza as escolas. E aí fica a pergunta: O Estado serve para quê, nessas condições? Por que se dependesse do Governador nós já teríamos 27 escolas privatizadas. Não deu certo porque a comunidade reagiu! Se dependesse do Governador, já estaríamos com a Compagás privatizada. Não deu certo porque ainda não encaminharam. A mesma coisa com a Copel, que ainda há uma série de dúvidas quanto ao procedimento. E o mesmo com os hospitais universitários e agora com o Hospital Geral, que estamos colocando. Então, o nosso voto é contrário, o encaminhamento é contrário. Entendemos que nós todos, Deputados, Governador, Senadores, Presidente da República, temos mandatos, sim, e mandatos que são legitimamente conferidos e que podem tomar iniciativas como esta, agora, como já foi dito anteriormente, qual é o problema, Deputado Marcel, o senhor que é o Líder do Governo, qual é problema que tem o Governador de fazer uma consulta pública? Tem maioria na Assembleia, foi eleito com 70% dos votos, uma maioria extremamente significativa, reconhecida inclusive, um dos Governadores que teve maior votação no Estado do Paraná, agora isso não lhe dá

o direito, ainda que fosse com 99%, de tomar determinadas atitudes... Aliás, o direito lhe dá, perdão, mas eu diria que a legitimidade de fazer determinadas adições que envolvem a população, que não é consultada. Sempre prezamos pela consulta àqueles e àquelas que vão ser diretamente atingidos. Se não tomarmos esse cuidado, não tenho dúvidas de que nos próximos períodos teremos o Estado..., já temos uma sinalização clara no que diz respeito a portos, aeroportos, ferrovias e rodovias, agora entrando para área de educação e saúde. E aí fica uma pergunta: Todas as vezes que vendem a Copel, vendem a Compagás, vendem a Sanepar, dizem que é porque o Estado tem que investir em saúde, educação e segurança pública. É o tripé que mais, principalmente os liberais, mais insistem que é a função principal do Estado, que pode ser feita direta ou indiretamente, obviamente. Agora, não temos nem estudo que diga que de forma indireta isso será mais vantajoso para o Estado! Por isso fica aqui o nosso voto, o encaminhamento do voto contrário da nossa Bancada. Nós entendemos que este é um debate que poderia e deveria ter sido feito com a população e isso não aconteceu. O voto é contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, peço o voto “sim”, até por que há um desencontro aí na fala do pessoal do PT, porque o Estado da Bahia, governado pelo PT, é o que mais privatizou os hospitais. Então, não entendo. Lá pode e aqui não pode. Então, queria fazer um pedido do voto “sim” aos Deputados.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Marcel, estamos no Paraná, não na Bahia.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Aqui vocês defendem assim, lá defendem diferente!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente. A Oposição votará “não” ao Projeto de privatização, entendendo que não é o melhor

caminho para o Paraná. E a informação do Deputado Marcel é parcial e não procede da forma que ele coloca.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes os Deputados Boca Aberta, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Guto Silva, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes e Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (10 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Dr. Batista, Evandro Araújo, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Plauto Miró e Soldado Adriano José (8 Deputados).] **Com 36 votos favoráveis e 10 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 507/2022. Trinta e sete votos “sim”, com o Deputado Mauro Moraes, que vota pelo Zoom, e 10 “não”. Está aprovado o projeto.**

Há um **Requerimento (Protocolado sob o n.º 3812/2022)** sobre a mesa de destaque para a Emenda de Plenário n.º 1, na forma da Subemenda Substitutiva da CCJ. Requerimento do Deputado Marcel Micheletto. Em discussão o Requerimento. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto... Ué, cortou?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estou ouvindo, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não” ao Requerimento do Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): E faço um pedido aos Deputados da base, peço o voto “sim” aos Deputados da base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendente os votos dos Deputados Dr. Batista, Evandro, Homero, Maria Victória, Mauro Moraes, que vota pelo Zoom, Plauto Miró, Requião Filho e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Parlamentares); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos e Tadeu Veneri (9 Parlamentares); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Dr. Batista, Evandro Araújo, Homero Marchese, Mauro Moraes, Plauto Miró, Requião Filho e Soldado Adriano José (8 Parlamentares).] **Trinta e oito votos, com o voto do Deputado Mauro Moraes, “sim” e 9 “não”. Está aprovado o Requerimento.**

Vamos submeter ao voto a Emenda de Plenário n.^º 1, na forma da Subemenda Substitutiva Geral da CCJ. Aprovando a Emenda de Plenário n.^º 1, na forma da Subemenda Substitutiva Geral da CCJ, ficam prejudicadas as Emendas de Plenário n.^{os} 2 a 13, bem como o Requerimento de destaque das Emendas n.^{os} 2 a 13. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai votar “não” na Subemenda, até porque temos as Emendas n.^{os} 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e

12, que no nosso modo de ver contribuiriam com o Projeto. Então, o Substitutivo não contempla o anseio da Oposição.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “sim” para base de apoio ao Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, votando, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (10 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Coronel Lee, Dr. Batista, Evandro Araújo, Mauro Moraes, Plauto Miró e Soldado Adriano José (7 Deputados). **Com 37 votos favoráveis e 10 votos contrários, está aprovada a Emenda de Plenário n.^º 1, na forma da Subemenda Substitutiva Geral da CCJ. (Assim, ficam prejudicadas as Emendas de Plenário n.^{os} 2 a 13, bem como o Requerimento n.^º 3816/2022, de destaque das Emendas n.^{os} 2 a 13. Em discussão.**

ITEM 15 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 522/2022, de autoria do Poder Executivo – Mensagem n.^º 123/2022, que dispõe sobre a gestão dos Hospitais Universitários Estaduais no âmbito no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Parecer contrário da Comissão de Saúde Pública. Emenda da CCJ. Regime de Urgência. Parecer favorável da CCJ e Emendas n.^{os} 5 e 7 favorável na forma da Subemenda Substitutiva Geral ao Projeto. Vamos submeter

ao voto o Projeto, ressalvadas as Emendas. Em discussão o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, fiz um registro para fazer o encaminhamento. O presente Projeto de Lei contém autorização para a Sesa e para as Instituições Estaduais de Ensino Superior - IESs contarem com o apoio de administração fundacional qualificada ou não como organizações sociais, expressão que foi excluída por Emenda na CCJ. Ainda propõe a criação de regulamento específico para que as fundações de apoio das IES façam aquisições e contratações de obras e serviços, editado por meio de ato do Poder Executivo estadual, o que é contrário à disposição da lei estadual que regulamenta as licitações. Prevê ainda que as fundações de apoio, na forma regulada pelas IESs, HUs e ICTs, poderão captar, receber e manter diretamente os recursos financeiros, sem ingresso na conta única do Tesouro Estadual. A apropriação inegável acarretará prejuízos à gestão dos hospitais universitários, que terão um regramento próprio para a realização de aquisições, contratações e licitações, fugindo literalmente das normas gerais aplicáveis à licitação e também com autorização para a captação de recursos, inclusive do Sistema Único de Saúde, para as fundações sem repasse direto ao Tesouro Estadual, causando enorme prejuízo ao controle social e à participação dos hospitais universitários na gestão dos recursos públicos. Veja casos de afrouxamento das regras das licitações da Petrobras, em 1988, e da Codevasf, no Governo Bolsonaro, que deram margem a prejuízos para os cofres públicos e a fiscalização dos recursos públicos. É importante destacar que a proposição autorizará a captação, o recebimento e a manutenção direta dos recursos financeiros destinados à formação, execução e continuidade dos programas e projetos de ensino, extensão, pesquisa e desenvolvimento institucional, sem que tais recursos adentrem na conta única do Tesouro Estadual. A gestão dos hospitais não tem a demanda de contar com a administração fundacional nem da Funeas, nem com outras fundações que possam se assenhorar da sua gestão, estrutura e serviços prestados pelos hospitais vinculados às instituições estaduais de ensino superior. Recebemos diversas contribuições importantes e cito aqui a fundamentação do Sinteeimar de

Maringá, que foi também entregue aos Deputados da Base do Governo pelos trabalhadores, que reforça a necessidade de não aprovação deste Projeto. Reforço, por último, que a emenda substitutiva geral aprovada na CCJ não contempla os pedidos mínimos dos servidores e das universidades. Por isso, pedimos o voto contrário ao PL 522/2022, por significar uma intervenção indevida nos hospitais universitários, a precarização dos serviços e o afrouxamento das licitações e do *compliance*, criado com muita pompa, muito rojão e muito talquinho por este Governo, a figura do *compliance*. Aliás, Sr. Presidente, fica aqui o meu registro de que, pelos corredores da Sesa, já dizem que os processos de privatização dos hospitais de Telêmaco Borba, Ivaiporã e Guarapuava serão tocados por empresas conhecidas, inclusive ligadas a projetos econômicos da família do Governador do Estado. Agora estamos aqui abrindo um espaço dentro das universidades para se cometer a mesma afronta ao povo paranaense. Projeto que veio em regime de urgência, Projeto não discutido nas eleições, Projeto não falado com a sociedade, sem informações contidas, simplesmente para satisfazer o ego do atual Secretário da Saúde, que está em desarranjo, em briga pessoal com os HUs pelo Estado do Paraná. Não dá para admitir um tratamento desses neste momento! A saúde do Paraná vai ser privatizada, além dos três hospitais, agora os HUs. Que fim triste a postura do Governo Ratinho Júnior sobre a prestação de serviço do SUS à população paranaense! Vai fazer moeda de negócio com coisas essenciais para a vida do povo paranaense. A Oposição vota “não” com orgulho e vai lutar juridicamente para tentar barrar este entrave.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, quero, muito brevemente, respeitando obviamente o contraditório colocado aqui pelo Deputado Arilson, que em parte concordo, sim, com o constrangimento de votar matérias tão importantes em regime de urgência, bem no final do ano. Então, assim, de fato, isto é um problema que concordo. No entanto, neste Projeto em relação à gestão dos HUs, tivemos um debate que na minha opinião poderia até ser mais amplo, sei que teve

Audiência Pública na Assembleia, mas um debate, uma conversa muito estreita com as Superintendências dos HUs e fizemos correções que foram acatadas na subemenda proposta pelo Líder do Governo. Essas correções impedem qualquer tipo de privatização ou terceirização que possa culminar aí na perda do controle, da gestão por parte das Superintendências das universidades. Então, quero assegurar isso porque de fato trabalhamos nisso, trabalhei pessoalmente nisso, junto com outros Deputados, portanto, repito, embora discordemos do *modus operandi* de votar esta matéria com a celeridade que está acontecendo, assim como outras, mas trabalhamos e tivemos o aceite por parte do Governo, da Secretaria da Saúde, deixando claro que nenhuma fundação que não sejam fundações ligadas às universidades, que poderão obviamente contratar pessoal, essas fundações devem ser ligadas, já existem e são ligadas às universidades e nenhuma fundação fora ou nenhuma interferência extra da universidade poderá acontecer no nível da gestão. Também o Conselho que está sendo criado, a emenda proposta também garante a presença, o que não tinha, a presença dos Superintendentes dos HUs nesse Conselho, e esse Conselho obviamente ficou bem mais equânime na sua composição, o que nos dá também uma segurança muito maior. Então, com base nessas premissas, nessas informações que trago, Sr. Presidente, que vou votar “sim”, porque foi afastada qualquer tipo de possibilidade de terceirização ou privatização da gestão dos HUs e isso, portanto, me dá a condição de votar com esta matéria, votar “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já me manifestei uma vez neste sentido, Sr. Presidente, que, como falou o Deputado Evandro aqui, temos uma série de Projetos que podem até ser interessantes, dependendo do ponto de vista, depende de como se olha o Projeto, há uma série de questionamentos com relação aos hospitais universitários, entendo que esses questionamentos podem ou não ser compatíveis com a realidade dos hospitais, com pessoas que estão trabalhando sem nenhum tipo de registro, nenhum tipo de cobertura, com

familiares, com conhecidos, com uso político, agora você não corrige isso simplesmente transferindo no todo ou em parte, como disse aqui o Deputado Arilson, a gestão ou parte da gestão desses hospitais para grupos privados. Sabemos muito bem o que acontece quando grupos privados administram determinados espaços públicos, e o Deputado Evandro foi cuidadoso na CCJ inclusive em apontar que estavam sendo apresentadas emendas pelo Governo, agora este argumento de que isso eliminará a interferência pessoal ou de grupos políticos para indicarem pessoas dentro dos hospitais não se sustenta – e não estou dizendo que este é o argumento do Deputado Evandro, absolutamente. Porque as empresas privadas também fazem o mesmo sistema, a mesma regra. O que me preocupada, Sr.^s Deputados, é que esses três hospitais, Cascavel, Maringá e Londrina, além de serem hospitais que atendem uma grande quantidade de pessoas nessas regiões todas, a pandemia demonstrou muito bem isso, são hospitais-escola, são hospitais que têm alunos das três universidades, das três maiores universidades que temos, nos seus cursos de Medicina, que utilizam esses hospitais tanto na graduação como depois na própria residência como um espaço de estudos. A preocupação..., e coloco aqui a preocupação que compartilho com o Deputado Arilson, é que esses hospitais passem a viver sob a lógica e ótica do mercado, ou seja, do lucro. E se é lucro, por que vou ter um aluno dentro do espaço do hospital universitário com o mesmo tempo de atendimento, as mesmas condições de atendimento, que não gera o recurso necessário para a minha empresa que terei com outros médicos, talvez até com valores pagos menores do que o próprio hospital paga hoje, ou enfermeiros ou pessoas, enfim, que sejam nessas condições. A terceirização tem se mostrado bastante contraditória em todos os espaços públicos. Por isso, acredito que a bancada do Partido dos Trabalhadores vota e vota contrário à terceirização, aí não se trata de fazer um paralelo, mas, como disse aqui o Deputado Marcel, em alguns locais o PT é favorável e em outros é contrário, acho que temos que viver a realidade local. E também é claro que, dentro disso, também a Bahia, como disse o Deputado Marcel, que é contra, mas a Bahia deu 22% de reajuste para os seus servidores no ano passado, o Ceará também fez reajuste dos seus servidores no

ano passado e não me consta que o Paraná tenha feito isso, e nem por isso no Ceará ou na Bahia os Deputados que são Oposição votaram contrário. Então, às vezes temos que entender que a nossa realidade é diferente e o que estou vendo aqui nos hospitais universitários de fato é um ataque aos hospitais universitários. Não sabemos o que vai acontecer com esses hospitais-escola porque não tivemos nenhuma referência! Não estou dizendo que estamos absolutamente corretos, mas não tivemos nenhuma referência, nenhum debate, não conseguimos sentar com os Reitores mesmo – fizemos uma Audiência Pública aqui, o Deputado Evandro tentou participar e não foi possível porque estava em trânsito, justificou inclusive, mas é impossível que tenhamos uma análise mais aprofundada quando o tempo é tão curto. E este Projeto poderia ter vindo no início de 2022, que teríamos tempo para fazer o debate, talvez até para votar favorável, se fosse o caso. Agora, nas condições que estamos, com as emendas da forma como foram apresentadas e as que foram aceitas, ainda que os Reitores e Superintendentes tenham feito um esforço para que se reduzisse a parte que entendemos ser a parte que mais vai causar prejuízo, é difícil votar a favor. Então, por isso o nosso voto será contrário. E até, como já foi falado aqui, se necessário for, buscando, por conta da autonomia universitária, buscando, se entendermos que esse é o caminho, diferente do que há pouco entendi na CCJ, buscando as medidas que são passíveis de serem tomadas no âmbito judicial. O nosso voto será contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *data vénia* a fala do Deputado Tadeu Veneri, ele fez uma mistura de dois Projetos, sendo que um de fato é um Projeto que tem que ser acompanhado de perto, que envolve a eventual transferência para o setor privado de três unidades hospitalares do Estado do Paraná, o Hospital Regional de Telêmaco Borba, o Hospital Regional de Ivaiporã e o Hospital Regional de Guarapuava. Ambos hospitais são instituições importantíssimas para as regiões e foram construídos fruto da

demandas regionais. Por outro lado, sabemos que os sistemas de gestão hospitalares, hoje em dia, têm funcionado muito bem quando você tem instituições filantrópicas. Aliás, o Deputado Tercílio disse da tribuna outro dia, ainda recentemente, que 60% das unidades hospitalares que dão assistência hospitalar no Paraná são entidades filantrópicas e 17% são instituições privadas, ou seja, 77% são privados no Estado do Paraná. Então, já experimentamos, estamos experimentando este processo. Então, acho que este tema é um tema, na verdade, que envolve muito a formatação do edital, enfim, e o escopo do que vai ser licitado e que tipo de instituição vai participar. Agora, em relação ao Projeto de Lei que estamos discutindo, que envolve a gestão dos hospitais universitários do Estado do Paraná, que são em número de quatro, temos que reconhecer que é necessário, sim, ter um Conselho Superior, como esse que está proposto, entre os HUs e a Secretaria Estadual da Saúde, para que tenhamos um aprimoramento na forma de gestão dos hospitais. Ele não interfere naquilo que é a gestão administrativa do hospital e nem na gestão acadêmica, mas trata de inserir um debate sobre o PRI regional, ou seja, o que envolve a vocação do hospital regionalmente e a importância que ele tem. Ao mesmo tempo, traz inovações importantes. Uma delas, inclusive as emendas que foram tratadas por mim, pelo Deputado Tercílio, pelo Deputado Tiago Amaral e pelo Deputado Evandro Araújo, entre outros Parlamentares, que foram acolhidas no debate que fizemos com a Liderança do Governo e com o próprio Governo, essas emendas dão segurança jurídica em relação à gestão dos hospitais e inclusive transfere de forma muito objetiva para as universidades estaduais a responsabilidade da contratação de fundação de apoio. E por que é necessário contratar fundações de apoio? Porque muitas vezes no sistema que temos, que falta regulamentar ainda a lei, a LGU, que é a Lei Geral das Universidades, que estabeleceu ainda nos seus anexos o número de servidores, há situações absolutamente precárias de contratação de prestadores de serviço, de servidores. Vejam o exemplo do Hospital da Universidade de Londrina, que é um hospital com grande efetividade de atendimento à população da região, sempre destacando o trabalho da Diretora daquela unidade, a Professora Vivian. Aquele hospital hoje tem cerca de 1.100

trabalhadores que são contratados de forma precária através de chamamentos por edital, onde a pessoa vai à Prefeitura, abre uma microempresa individual, uma MEI, é contratada e efetivamente tem uma relação jurídica precária com a unidade hospitalar. Então, nesse sentido, a Fundação de Apoio, e a Universidade UEL tem duas Fundações de Apoio, elas poderão de fato dar uma estabilidade para esses servidores que são cerca de 1.100 hoje. Ou seja, isso também se transfere para as outras unidades dos hospitais universitários. E sobre gestão, indiscutivelmente, o Conselho na verdade é um Conselho que ficou paritário, esse Conselho vai ter a capacidade de discutir em profundidade a participação e a efetividade da assistência hospitalar. Entendo que o Projeto melhora os instrumentos de gestão. Quero deixar claro o seguinte, não é e eu não votaria Projeto de Lei aqui que fosse privatizar os hospitais universitários; muito pelo contrário, as universidades poderão, sim, ter fundações de apoio, a UEL tem duas, para dar um exemplo, e que hospital como a Unioeste, que não tem nenhuma Fundação de Apoio, poderá, por isso alteramos a Lei da Funeas, utilizar a Funeas como Fundação de Apoio com a fundação estatal. Na verdade, entendo que estamos tendo um grande avanço. Tivemos um debate inclusive com o Secretário Estadual da Saúde sobre este tema. Entendo que nós todos poderemos votar com muita segurança este Projeto de Lei que é extremamente importante. E quero mais uma vez destacar o papel de interlocução e de debate que tiveram o Deputado Tercílio Turini, o Deputado Evandro Araújo e o Deputado Tiago Amaral, entre outros que me falha a memória aqui, mas que participaram diretamente comigo nesse debate, nessa discussão dessas soluções. Era isso. Peço o voto favorável à aprovação do Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar,
Deputado Tiago Amaral.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados e Sr6 Presidente, de forma muito objetiva, todas as preocupações que foram trazidas aqui pelos Deputados de Oposição, que em algum momento também vieram a ser as preocupações dos hospitais universitários, das comunidades universitárias,

principalmente no interior do Estado, todas elas foram absolutamente dissipadas e as dúvidas foram dissipadas ao longo da construção deste Projeto. Concordo com o Deputado Evandro quando ele fala que de fato gostaríamos sempre de termos uma oportunidade maior de fazer uma análise anterior, uma análise prévia, mas o fato é que, mesmo que com um tempo menor, foi possível, sim, fazer um diálogo muito franco e aberto com as universidades, pudemos fazer a interlocução deste processo com a participação de diversos Deputados e posso assegurar aqui a todos os Parlamentares que este Projeto é um Projeto que neste momento será votado e, se tudo correr bem, aprovado de uma forma muito, mas muito mais bem estruturada inclusive da forma como entrou. Não faço aqui uma crítica, muito pelo contrário, o que estou dizendo é que a forma que muitas vezes vinha sendo trabalhada poderia gerar algum tipo de interpretação, mas acho que, para além disso, o que importa é que este Projeto traz duas ferramentas fundamentais e isso falo aqui não por mim apenas, falo aqui inclusive em nome dos próprios hospitais, ferramentas essas que são a utilização das ferramentas como fundações para auxiliar as diretorias e as direções e a própria estrutura da universidade, as quais os hospitais estão vinculados, na atuação do seu trabalho. Então, fica a cargo das próprias estruturas de direção e das universidades a escolha pela contratação ou não de fundações que vão fazer parte desse processo de gestão. Então, não é uma decisão da Secretaria de Estado da Saúde, é uma decisão da estrutura. Essa demanda é uma demanda que já vinha sendo solicitada para equacionar uma questão estratégica, que é a sazonalidade hoje dos serviços de saúde. Tivemos o enfrentamento da pandemia e na pandemia percebemos a necessidade rápida de contratação, que não poderia ficar aguardando, por exemplo, concurso público. Essas contratações vinham sendo feitas de forma precária. E agora precisamos de fato de um instrumento que possa dar respaldo para esse formato de gestão, que é o que está ocorrendo no Brasil inteiro. Então, tem, sim, a possibilidade, tem outros locais que optam por uma terceirização e no Paraná em relação aos HUs, não, em relação aos HUs o que se dando é, sim, ferramentas que fiquem abaixo da estrutura de direção. E o Conselho, esse Conselho que está sendo montado, dito pela própria estrutura dos HUs, é, sim, uma oportunidade importante, se bem

utilizada, para uma aproximação entre as linhas de atuação dos HUs e também da Secretaria de Estado da Saúde, que é de fato quem paga a conta. Então, isso tudo era o que de fato importava neste Projeto. As emendas que foram construídas, dentre elas, uma estabelece, sim, a equalização dos membros desse Conselho, para dar de fato uma paridade. E a outra, são seis emendas, cinco ou seis emendas no total, mas a outra quero destacar aqui é a vedação expressa, expressa, inclusive construída com a própria Secretaria de Estado da Saúde, de utilizar fundações para gerir os hospitais. Então, isso está absolutamente vedado. Então, não tem a menor possibilidade ou qualquer fundamento, com a aprovação dessas emendas, com todo o respeito aqui aos meus colegas da Oposição, não tem o menor fundamento neste momento afirmarmos que os hospitais universitários serão terceirizados ou que a sua gestão deixará de ser exercida de acordo com o regulamento interno de cada uma das universidades. No caso de Londrina, por exemplo, a eleição. Cada universidade tem a sua, mas no caso de Londrina é a eleição. Então, vai continuar sendo por eleição e vai continuar a diretoria eleita sendo a gestora do hospital, tendo outras ferramentas inclusive de trabalho. Então, por isso que posso dizer a todos os Sr.^s Parlamentares que neste momento pedimos o voto "sim" de forma bastante confortável e é, sim, hoje, de entendimento dos próprios hospitais universitários, que as ferramentas que são trazidas nos termos agora, claro, das emendas, dão um conforto e podem melhorar inclusive a capacidade de atuação dos hospitais. Então, peço aqui a todos vocês, em respeito ao excelente trabalho que fazem os hospitais universitários e à grande atuação que tiveram de forma muito destacada por cima na pandemia, peço o voto "sim" a todos os nobres Parlamentares da Situação, dos independentes e inclusive os da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Na verdade, pedi para encaminhar o do regional, só que só agora entrou. Acho que deu algum problema na internet! Mas, enfim, já que estou com a palavra, quero dizer que realmente estou muito

sentida com isso, porque não sou contra a concessão desses hospitais, mas não da forma como está sendo, um cheque em branco. Então, entrei com cinco emendas na CCJ, as minhas emendas foram acolhidas e eu tinha certeza de que isso iria melhorar muito o Projeto. Sinto muito por isso! E todos os hospitais regionais vão perder muito. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Michele Caputo, para encaminhar.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, encaminho contrário ao Projeto. Este Projeto, obviamente, está muito claro, em que pese a colaboração de alguns Deputados que foram motivados por Reitores, Vice-Reitores e Diretores de HU que tiveram uma imensa preocupação, porque da forma como veio o Projeto, isso não era interessante para absolutamente para ninguém. Então, este Projeto é importante que fique claro que não passou por discussão no Conselho Estadual de Saúde, não passou por discussão entre as instâncias de gestores nos níveis regionais e a discussão só começou quando o Projeto chegou na semana passada e gerou uma reação muito grande. Uma gestão que quer compartilhar, que quer discutir melhor, que quer colaborar entendendo a importância dos hospitais universitários, primeiro teria que continuar colocando recursos nesses hospitais, de custeio, de capital e de equipamentos, coisa que está longe de ter acontecido. Fizemos isso de forma muito contundente, entendendo e respeitando o hospital universitário. Quer respeitar o hospital universitário? Coloque dinheiro, coloque estrutura. Vejo algumas contradições nas falas que foram ditas. O Deputado Romanelli diz: *Olha, a Unicentro pode criar uma fundação para tocar.* Deputado Romanelli, a proposta para o hospital regional de Guarapuava é concessão onerosa, ele não vai chegar nunca a ser um hospital universitário, ele não vai ter esse prazer. Com relação à citação de Londrina, do hospital universitário e daquelas que também sou contra, aquela precarização que tem lá no hospital universitário, precisa deste Projeto em uma universidade que já tem duas fundações? É preciso uma lei para que a direção do hospital se entenda com a direção da Universidade Estadual de Londrina para usar essas fundações? As

fundações já existem! Então, é uma situação muito complicada. Então, voto contra o Projeto. Tivemos agora recentemente um momento de eleição de Reitores, de Vice-Reitores, toda a direção universitária, um momento democrático, uma conquista importante que se teve no Paraná ao longo de décadas, sempre respeitada. Tivemos eleições nos hospitais universitários e este Projeto, se já se tinha na cabeça lá na Sesa esta discussão toda de querer colaborar com a gestão, discutir, colocar-se à disposição via Funeas etc., era o melhor momento de discutir isso, nas instâncias de debates de discussão dentro das universidades! Aí ficaria muito claro esse respeito e essa colaboração. Com relação às emendas, vou esperar individualmente emenda por emenda. Agora, o que foi feito, foi para tornar algo que o Projeto queria fazer, que era do domínio total sobre os hospitais universitários, em pelo menos dá uma igualdade em um Conselho e pelo menos falar aquilo que já existe. Onde tem fundação, por que não se usa? E está fácil de usar, não precisa de lei. E onde não tem fundação, parece-me o caso de Cascavel, por que a universidade não pode fazer uma fundação? Até porque essa fundação poderia ser muito importante, poderá ser muito importante também para apoiar outras ações dentro da própria universidade e principalmente essa questão importante dos hospitais universitários. Então, fica aqui o meu respeito. O que está sendo feito é uma redução de danos, a proposta deste Projeto não veio para facilitar a vida dos hospitais universitários. As emendas estão dando a entender minimizando o que se queria nesse sentido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos, então, Sr.^s Deputados, à votação. Votando o projeto, ressalvadas as emendas. Votando. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto "sim", Sr.^s Deputados. É importante o voto "sim" de todos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "não", Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Delegado Jacovós, Dr. Batista e Tião Medeiros.

Votação encerrada: **[Votaram Sim]**: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); **Votaram não**: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não votaram**: Ademar Traiano, Artagão Junior, Dr. Batista, Mauro Moraes, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (6 Deputados). **Com 39 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 522/2022. Quarenta votos, com o voto do Deputado Mauro Moraes, "sim" e 9 "não". Está aprovado o projeto.**

Há um **Requerimento (Protocolado sob o n.º 3811/2022)** sobre a mesa de destaque para as Emendas de Plenário n.ºs 5 e 7 na forma da subemenda substitutiva geral da CCJ. Em discussão o Requerimento do Deputado Marcel Micheletto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto "sim", Sr.º Deputados. Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição apresentou uma emenda fundamental para que as instituições de ensino contêm com o apoio de fundação, porém desde que a fundação seja ligada à própria instituição de ensino à qual o hospital está vinculado. Nos termos da Lei Estadual n.º 20.537/2001, uma lei que nós Deputados e Deputadas aprovamos. Ainda propusemos na Emenda n.º 3 que o art. 8.º do Projeto de Lei n.º 522 seja suprimido, pois esse artigo permite o afrouxamento da regra de licitação por essas fundações que irão operar

os hospitais universitários, o que bate de frente com a lei estadual de licitações, porque cria um regulamento próprio. Na verdade, o nome disso é afrouxamento. Para que todas as emendas sejam analisadas, pedimos o voto contrário ao destaque da subemenda da CCJ e também para a subemenda, pois os Deputados que propuseram não tiveram condições de apresentar essa subemenda e a relação de apenas uma ou duas emendas de interesse do Governo em uma subemenda é um prejuízo ao Regimento e à democracia interna desta Casa. Todas as emendas, na nossa humilde opinião, devem ser analisadas. É o direito das universidades, dos servidores, dos alunos das universidades e também dos usuários do SUS a apreciação individual de cada emenda e não da forma como está sendo conduzida pelo Governo aqui nesta discussão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados Alexandre Curi, Arilson, Artagão, Cristina, Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Homero Marchese, Marcio Pacheco, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Dr. Batista, Mauro Moraes, Plauto Miró, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (7 Deputados).] **Com 39, 40 votos favoráveis com o voto do Deputado Mauro e 8 votos contrários, está aprovado o Requerimento.**

Em razão da aprovação do Requerimento, vamos submeter ao voto as Emendas n.^{os} 5 e 7 na forma da subemenda substitutiva geral da CCJ. Votando Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Presidente, novamente peço o voto “sim” aos Deputados da Base. A todos os Deputados da base. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai encaminhar voto contrário, porque teve as suas emendas todas prejudicadas, que tinham o intuito de melhorar o Projeto. A forma de condução do Governo prejudica o debate mais uma vez até neste ponto, infelizmente, e não atende os nossos anseios.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, seu voto, por favor. Deputados Artagão, Jacovós, Dr. Batista, Guerra, Paulo Litro, Plauto Miró, Tiago Amaral e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (37 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Dr. Batista, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Paulo Litro, Plauto Miró, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (9 Deputados).] **Com 38 votos favoráveis, com o voto do Deputado Mauro, e 8 votos contrários, estão aprovadas as Emendas n.^{os} 5 e 7; e as demais emendas estão prejudicadas e o Requerimento (Protocolado sob o n.^º 3817/2022) também de destaque de outras emendas, em função da aprovação das Emendas n.^{os} 5 e 7.**

ITEM 16 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 528/2022, de autoria do Deputado Galo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Ação Social Amor é o Caminho, entidade conforme Estatuto atualizado com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Peço o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): (Problemas no áudio.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Dr. Batista, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (10 Deputados).] **Com 44 votos favoráveis, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 528/2022.**

ITEM 17 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 762/2019, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que institui o Passe Maternidade e obriga as Empresas que exploram a prestação de serviço do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros a fornecer gratuitamente passagem às gestantes usuárias do serviço, até três meses após o parto. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral,

ressalvada a emenda. Em discussão o substitutivo geral. Como encaminham os Líderes? Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, este é um importante Projeto construído junto com a CCJ, feitas as correções, acatada uma emenda do Deputado Marcel Micheletto. Um Projeto que visa isentar de tarifa intermunicipal a gestante no período gestacional de três meses pós-parto, para criar condições e incentivar a instituição e frequência dos programas de assistência pré-natal ao parto, puerpério e neonatal, conforme a diretriz do Sistema Único de Saúde vigente em estados e municípios e de acordo com a competência constitucional para a promoção da saúde pública. Quero agradecer aqui à Deputada Cristina Silvestri, que fez o substitutivo também, e este Projeto é de todos nós aqui da Casa, visando criar condições para que nas próximas seções de linhas de transporte intermunicipal fique condicionado o Passe Gestante, de acordo com o número de consultas que ela mesma agendou. Então é muito importante e peço o apoio de todos os Deputados aqui. É um Projeto extremamente importante para o povo paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo vai liberar a Bancada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes muitos votos, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim]:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichenbach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (34 Deputados); **Votou Não:** Ricardo Arruda (1 Deputado); **Abstenção:** Jonas Guimarães, Marcel Micheletto e Tiago

Amaral (3 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Dr. Batista, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (16 Deputados).] **Com 34 votos favoráveis, 1 voto contrário e 3 abstenções, está aprovado o Projeto de Lei n.º 762/2019.**

Vamos submeter ao voto a emenda, a subemenda. Em discussão a subemenda. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Coronel Lee, Goura, Homero Marchese, Mauro Moraes, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (9 Deputados).] **Com 45 votos favoráveis, está aprovada a subemenda.**

ITEM 18 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 180/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei n.º 13.228, de 18 de julho de 2001, que cria o Fundo do Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais. Parecer favorável da CCJ.

Emenda da CCJ. Aguardando parecer da Comissão de Finanças e Tributação.
Está retirado pela Presidência.

ITEM 19 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 432/2022, de autoria do Poder Executivo – Mensagem n.^º 74/2022, que estima a recita e fixa despesa para o exercício financeiro de 2023. Parecer favorável da Comissão de Orçamento na forma do Substitutivo Geral. Vamos submeter à votação o Projeto na forma do substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede voto o “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Boca Aberta, Coronel Lee, Dr. Batista, Homero Marchese, Michele Caputo, Requião Filho e Tião Medeiros. Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Coronel Lee, Homero Marchese, Mauro Moraes, Michele Caputo, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (9 Deputados).] **Com 45 votos favoráveis, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 432/2022, na forma do Substitutivo Geral.**

ITEM 20 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 510/2022, de autoria do Deputado Natan Sperafico, que concede o Título de Utilidade Pública ao Esporte Clube Toledo, com sede no município de Toledo. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Coronel Lee, Del. Jacovós, Mauro Moraes, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (10 Deputados). **Com 44 votos favoráveis, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 510/2022.**

ITEM 21 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 526/2022, de autoria do Poder Executivo – Mensagem n.^º 127/2022, que regulamenta o Fundo Paraná, destinado a apoiar o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão e Finanças e Tributação e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1, dos Deputados Guto Silva, Natan Sperafico, Bazana, Rodrigo Estacho, e Luiz Fernando Guerra; e Emenda de Plenário n.^º 2, dos Deputados Arilson Chiorato,**

Requião Filho, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, e Goura.) O Projeto recebeu emendas e retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 3813/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Sessão Ordinária do dia 20 de dezembro, postegarda para o dia 21 de dezembro, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 3805/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima e do Deputado Ricardo Arruda, solicitando a inclusão da Deputada Cantora Mara Lima como coautoria do Projeto de Lei n.º 647/2021; **Requerimento n.º 3806/2022**, da Deputada Maria Victória, comunicando o retorno às atividades no cumprimento do mandato na Assembleia Legislativa, em 15 de dezembro de 2022; **Requerimento n.º 3807/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato e Tadeu Veneri, solicitando a inclusão do Deputado Arilson Chiorato como coautor do Projeto de Lei n.º 166/2022, de autoria do Deputado Tadeu Veneri; **Requerimento n.º 3808/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando a coautoria da Deputada Maria Victória ao Projeto de Lei n.º 441/2022; **Requerimento n.º 3809/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato e Tadeu Veneri, solicitando a inclusão do Deputado Arilson Chiorato como coautor ao Projeto de Lei n.º 405/2019, de autoria do Deputado Tadeu Veneri; **Requerimento n.º 3810/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato e Tadeu Veneri, solicitando a inclusão do Deputado Arilson Chiorato como coautor ao Projeto de Lei n.º 367/2021, de autoria do Deputado Tadeu Veneri.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra na sequência, com a **Ordem do Dia** que já foi disponibilizada no site da Assembleia: 3.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^{os} 8/2022 e 10/2022 e dos Projetos de Lei n.^{os} 218/2021, 289/2021, 502/2022, 507/2022, 522/2022 e 762/2019; e 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 180/2022, 483/2022, 510/2022 e 526/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO”.

(Sessão encerrada às 11h42, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)